

TRABALHO E DESIGUALDADE SOCIAL NA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: um balanço da “década neoliberal” no Brasil¹

Giovanni Alves²

RESUMO

Panorama dos principais contornos do mundo do trabalho no Brasil dos anos 90 — década neoliberal. Salienta-se o desenvolvimento de um novo complexo de reestruturação produtiva, o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho e a crise do sindicalismo, expressão contingente da fragmentação de classe.

Palavras-chave: Trabalho. Sindicalismo. Neoliberalismo. Toyotismo. Desemprego.

1 INTRODUÇÃO

O balanço da “década neoliberal” — a década de 1990 — indica o aprofundamento da desigualdade social no Brasil. Uma de suas principais características é a deterioração dos indicadores de renda do trabalho. Entretanto, tal dado quantitativo não é capaz de expor a dimensão da degradação qualitativa do mundo do trabalho. No decorrer da década passada, aumentaram os índices de desemprego, em especial nas regiões metropolitanas do País, e cresceu a precarização objetiva (e subjetiva) da força de trabalho.

Não existe, é claro, um índice de precarização do trabalho. O crescimento da denominada informalização do mercado de trabalho sugere o crescimento da precarização laboral, que é um processo qualitativo de densidade psicossocial bastante complexo. Na verdade, a precarização da força de trabalho assume formas tão complexas e diferenciadas, no plano objetivo e subjetivo, que é difícil existir apenas um índice de apreensão quantitativa deste fenômeno social. O que se percebe é que os indicadores sócio-estatísticos estão aquém da nova realidade social de degradação do mundo do trabalho. Eles não conseguem apreender a extensão e a intensidade de um processo social qualitativamente novo que, após a década neoliberal, assumiu dimensões inéditas — o da barbárie social como categoria sociológica.

Deste modo, considera-se o conceito de desigualdade social bastante insuficiente para caracterizar um processo societário de novo tipo,

¹ Este ensaio é parte de uma pesquisa desenvolvida em 2003 intitulada Trabalho e Sindicalismo no Brasil - Um balanço da Década Neoliberal.

² Professor Assistente da UNESP, Doutor. E-mail: giovaiini.alves@uol.com.br.

caracterizado pela degradação (e barbárie) do mundo do trabalho, que atinge — no caso do Brasil — dimensões estruturais, de impacto perverso na perspectiva de reprodução social.

O que interessa apontar neste ensaio, num primeiro momento, é a conjuntura da economia brasileira na década de 1990, para em seguida, apontar algumas tendências do mundo do trabalho.

A década de 1990 caracterizou-se por uma elevada oscilação no nível de atividade e taxas de expansão da economia próximas do ritmo de variação da população. Apesar de o Brasil ter conseguido ser um celeiro de bons negócios capitalistas no período de 1994- 1997, como atestam os balanços das empresas, uma análise dos indicadores do mercado de trabalho demonstrou, por outro lado, uma perda cumulativa de postos de trabalho na indústria, como demonstra o crescimento persistente do desemprego aberto e da precarização de estatutos salariais, principalmente nos “núcleos modernos” do mundo do trabalho (POCHMANN, 1999).

Apresentar-se-á uma periodização de conjuntura da economia nos anos 90 no Brasil para tornar claro o desenvolvimento da desigualdade social no Brasil e o surgimento de uma sociabilidade da barbárie social na década de 1990, expressa através, principalmente das tendências de degradação objetiva e subjetiva do mundo do trabalho.

A conjuntura interna da economia (e da política) no Brasil se vincula, de certo modo, à dinâmica da economia global, que no decorrer da década passada apresentou, principalmente até 1997, um período de vigorosa expansão do capital financeiro, apreendido como globalização. Foi nessa década que o capitalismo brasileiro buscou se inserir na mundialização do capital, através de um novo modelo de crescimento e acumulação cuja vulnerabilidade sistêmica iria tornar-se perceptível em meados da década passada, a partir da crise do México em 1995. Após 1997, com a crise asiática, da Rússia, Coréia do Sul e, a seguir, em 2000, com o estouro lento e gradual da “bolha especulativa” em *Nasdaq/Wall Street* e a crise terminal do modelo neoliberal na Argentina, o sistema mundial do capital entraria num período de instabilidade sistêmica e de crises financeiras.

2 CENÁRIOS DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: a “década neoliberal” no Brasil

Apresentar-se-ão algumas características das sucessivas conjunturas da “década neoliberal” - o de 1990 -1993, o período do neoliberalismo selvagem; o de 1994-1997, o neoliberalismo claudicante; e o de 1998-2000, a crise da globalização. É a partir desta “totalidade concreta” da economia capitalista no Brasil que se pode situar o desenvolvimento do trabalho e do sindicalismo na “década neoliberal”.

2.1 1990-1993: neoliberalismo selvagem

A “década neoliberal” teve início com uma profunda recessão decorrente do Plano Collor. Em fevereiro de 1990, a economia brasileira é atingida pelos fracassados Planos de estabilização do Brasil Novo, o Plano Collor I e II, que conduziu o País a uma profunda recessão (1990-1992), com o PIB acusando uma queda acumulada de quase 10% entre 1990 e 1992. Comprometido com a política neoliberal, Collor de Mello deu início à abertura comercial, via eliminação de barreiras não-tarifárias às compras externas e progressiva redução das alíquotas de importação (cabe salientar que essa estratégia teve início quase no apagar das luzes do governo Sarney em 1988, sendo mantida pelo governo Collor e aprofundado em 1994, antecipando os acordos fixados no âmbito do Mercosul, rumo à adoção da Tarifa Externa Comum (TEC), aderindo aos requisitos definidos pelos movimentos pró-liberalização comercial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Além disso, o governo Collor deu início a um *programa de reforma do Estado*, cujo “núcleo duro” consistiu no programa de privatização, sob a gestão do BNDES (o Programa Nacional de Desestatização). A incapacidade hegemônica de Fernando Collor para estabilizar a economia e conduzir as reformas liberais significou a perda de seu apoio em importantes frações da burguesia brasileira. Diante de denúncias de corrupção, Collor teve seu *impeachment* em outubro de 1992. O espaço político dominante foi ocupado por uma nova composição neoliberal, articulada em torno do governo Itamar Franco, que criou, a seguir, as condições macroeconômicas para o lançamento do Plano Real, que demonstrou ser vitorioso em reduzir drasticamente a inflação no País. Nas eleições de 1994, é eleito para Presidente da República o candidato governista da aliança PSDB-PFL, Fernando Henrique Cardoso. Desde 1993, a economia brasileira demonstrava sinais de recuperação, após a profunda recessão do período Collor. De certo modo, o Plano Real sustentou-se numa arquitetura macroeconômica que aproveitava as facilidades da conjuntura financeira internacional (FILGUEIRAS, 2000).

2.2 1994-1997: o neoliberalismo claudicante

Com o governo Cardoso constituiu-se, a partir de uma coalizão política liberal-conservadora bastante ampla, uma nova hegemonia burguesa, capaz de articular as elites políticas, regionais e nacionais, num programa econômico voltado para a estabilização monetária e a reforma do Estado capitalista no País. Criaram-se novas perspectivas para investimentos privados, internos e externos. No plano geopolítico regional, o Mercosul teve um impulso político considerável.

Um dos traços característicos da conjuntura da economia brasileira sob o governo Cardoso é a sua instabilidade estrutural, decorrente da política econômica do *stop and go*, determinada pelas flutuações sistêmicas da

economia mundial. A partir de 1994, impulsionado pelo Plano Real, ocorreu uma pequena retomada do crescimento da economia brasileira. Em virtude da redução drástica dos índices inflacionários (de 46,60% em junho de 1994, para 3,34% em agosto), ocorreu um crescimento das atividades de consumo, produção e emprego (que iria até março de 1995). Em virtude da crise do México e da fuga de capitais, ocorreu, em abril de 1995, a primeira inflexão pós-Real da trajetória de crescimento. O governo Cardoso precisou desacelerar a economia para evitar uma crise de balanço de pagamentos que o estava levando ao mesmo impasse do México. O retorno à normalidade nos mercados financeiros internacionais, a partir de abril de 1996, bem como o melhor desempenho das contas externas do País, promoveu uma nova retomada de crescimento da economia (que iria até junho de 1997). Ocorre uma nova inflexão no ritmo das atividades em julho de 1997, em virtude da crise dos países asiáticos e da crise da Rússia. O período recessivo da economia prossegue até dezembro de 1998. Em janeiro de 1999, ocorreu a desvalorização do Real (FILGUEIRAS, 2000).

A política neoliberal do governo Cardoso contribuiu para criar as condições macroeconômicas propícias, mas bastante vulneráveis, de um novo (e instável) ciclo de acumulação no Brasil. Ela se aproveita da liquidez do mercado financeiro internacional. Nesse período, em 1994, a partir do governo Clinton, a economia americana se recupera de uma recessão e tem início um dos mais significativos períodos de expansão da economia americana no século XX (BATISTA JÚNIOR, 2000).

Apesar da crise do México, em 1995, o cenário internacional se caracterizou por uma economia mundial exuberante em seu ciclo de valorização fictícia. Um ciclo de crescimento do capital financeiro, cujo epicentro foi os EUA sob o Governo Clinton, se disseminou pelo Sudeste Asiático, México e Rússia. A *ideologia da globalização*, mesmo prejudicada pela crise mexicana, foi adotado pelos governos neoliberais para legitimar suas políticas de mercado (CHESNAIS, 1996).

Apesar do alerta sobre os riscos de uma “exuberância irracional” (utilizando a expressão cunhada pelo presidente do *Federal Reserve*, banco central americano, Alan Greenspan, em 1996), a ideologia de uma “nova economia” levou empreendedores capitalistas a realizarem grandes negócios, principalmente nas áreas de telecomunicações e Internet. No centro capitalista mais desenvolvido (a “Tríade”, isto é, EUA, União Europeia e Japão), ocorreram fusões e aquisições bilionárias, demonstrando que o capitalismo financeiro crescia, centralizando e concentrando mais capital em setores estratégicos de acumulação (ALVES, 2001).

Por exemplo, desde 1994, no Brasil, as fusões e aquisições na indústria e serviços, cresceram cerca de 22% ao ano (com cerca de 175

operações), atingindo seu pico em 1997 (com cerca de 372 operações), com a presença significativa do capital estrangeiro. O *boom* de aquisições e fusões não significou necessariamente acréscimo na capacidade produtiva do País. Na verdade, o capital financeiro se aproveitava de oportunidades preciosas para seu crescimento exuberante nas “economias emergentes”.

Nesse período, o fluxo de Investimentos Diretos Externos (IDE) cresceu bastante, não apenas entre os próprios países capitalistas da “Tríade”, para onde se dariam o maior volume de IDE, mas em direção a alguns países capitalistas industrializados não desenvolvidos (a China e o Brasil merecendo destaque). O *Programa Nacional de Desestatização*, desenvolvido no decorrer da “década neoliberal”, desde o governo Collor, principalmente a privatização das empresas siderúrgicas, de telecomunicações e de energia elétrica (ainda incompleto), tendeu a atrair uma pletera de capitais externos. Enquanto os governos Collor e Itamar priorizaram a transferência de ativos públicos dos segmentos de insumos básicos (siderurgia, fertilizantes e petroquímica), o governo Cardoso iria privilegiar as áreas de transporte, mineração e telecomunicações (BIONDI, 1999; 2000).

A política de abertura comercial e o câmbio sobrevalorizado contribuíram para um ciclo de falências/fusões/aquisições nas empresas brasileiras. Aprofundou-se a desnacionalização da economia brasileira (GONÇALVES, 1999). O capital estrangeiro, que correspondia a 36% do faturamento dos 350 maiores grupos do País em 1991, passou para 53,5% no final de 1999. A participação estrangeira no faturamento das maiores empresas do País subiu 146% entre 1991 e 1999. (FERNANDES, 2002).

Por outro lado, as elevadas taxas de juros acenavam com generosas taxas de rentabilidade para o especulador estrangeiro, sedento de valorização fictícia. No decorrer da “década neoliberal”, as taxas de juros mantiveram-se num patamar elevadíssimo, prejudicando qualquer crescimento sustentável do investimento produtivo no País. A manutenção das taxas de juros elevadas tornou-se uma das principais variáveis nas políticas de estabilização neoliberal (FILGUEIRAS, 2000).

É nesse cenário de inserção subalterna na mundialização do capital que se acelera o processo de reestruturação capitalista, tanto na esfera da produção capitalista, quanto na esfera da circulação mercantil e do intercâmbio social. O “choque de competitividade”, que percorre o governo Collor de Meio, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso torna-se um traço marcante da “década neoliberal”. Desde o governo Collor de Mello, constituíram-se diretrizes voltadas para dar maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade próximas dos paradigmas internacionais.

Os dois instrumentos oficiais foram o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP),

variantes do documento Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), editado em 1990. O braço financeiro daqueles programas era representado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ancorado na estratégia de “Integração Competitiva” (definida naquela instituição ainda nos anos 80).

No campo da produção capitalista mais dinâmica, priorizou-se a alocação privilegiada de recursos financeiros para o desenvolvimento do que se pode denominar de “toyotismo sistêmico”, ou seja, a racionalização organizacional de *toda a empresa* segundo os dispositivos toyotistas, ou seja, programas de qualidade total, com ênfase no envolvimento estimulado da força de trabalho, racionalização das linhas de produção, substituição de processos, além de sistemas de automação e iniciativas voltadas ao aprimoramento tecnológico.³ (ALVES, 2000).

Após 1994, o mercado de trabalho no Brasil tendeu a aprofundar seu ajuste estrutural, crescendo, a partir daí, o índice de desemprego aberto, em virtude não apenas das *políticas neoliberais*, que propiciaram o desmonte de cadeias produtivas da indústria nacional num cenário de crescimento medíocre da economia brasileira, mas do *novo complexo de reestruturação produtiva*, impulsionado pelo “choque de competitividade”.

2.3 1997-2000: a nova crise da globalização

A partir de julho de 1997 (e até 2000), ocorreu uma alteração qualitativa na conjuntura da economia brasileira, por conta da “nova crise da globalização”, que atingiu o Sudeste Asiático, Coréia do Sul, Rússia e Argentina (cujo modelo neoliberal entra numa “crise terminal” dramática de amplas proporções). A crise estrutural da Argentina tendeu a colocar o projeto de integração do Cone Sul, o Mercosul, num compasso de espera.

³ Ao adotarmos a expressão “toyotismo sistêmico” procuramos ressaltar o caráter ampliado (e totalizante) da modernização das grandes empresas na década de 1990, em contraste com o “toyotismo restrito” da década anterior. Elas passaram não apenas a incorporar novas tecnologias microeletrônicas na produção, mas a adotar princípios de organização do trabalho de cariz toyotista, claro que o toyotismo não é o único modelo industrial, ou de organização vigente da produção capitalista no Brasil, mas ele tendeu a tomar-se o “momento predominante” do processo de reestruturação produtiva que se instala nas grandes empresas. Ele se articula, de modo complexo (e persistente), com dispositivos tayloristas/fordistas. Deste modo, consideramos que o toyotismo não pode ser considerado uma mera ruptura com os modos de racionalização do trabalho pretéritos, mas representa um desenvolvimento qualitativamente novo da racionalização capitalista (que conserva/supera a lógica taylorista/fordista). Com o toyotismo, o envolvimento da força de trabalho pelo capital tende a assumir formas mais completas e desenvolvidas. Além disso, cabe salientar que o toyotismo tende a expressar a nova racionalidade intrafábrica que se contrasta, de modo funcional, com a irracionalidade societal (desemprego e precarização do mundo do trabalho). De fato, não conseguiu articular-se como um modo de desenvolvimento capitalista, tal como o fordismo, na acepção da escola regulacionista. Para uma análise mais desenvolvida da dialética.

Diante das perspectivas de “crise da globalização”, com seu epicentro nos EUA, os estrategistas do Departamento de Estado americano colocam a necessidade do aprofundamento da integração continental. Na verdade, a Área do Livre Comércio das Américas (ALCA), tende a significar para o capital oligopólico uma expansão possível de mercado nas condições de uma *crise de superprodução*, que atinge o núcleo do capital hegemônico e que assume tamanha proporção que nem as rodadas de liberalização comercial, levadas a cabo pela Organização Mundial do Comércio (OMC) nos anos 90, nem a perspectiva de abertura do exuberante mercado da China Continental (através de seu ingresso na OMC), conseguiram ser suficientes para acalmar a sua sanha de valorização. Exige-se mais integração regional e abertura de mercados ainda cativos, sem uma reciprocidade para produtos brasileiros.

A perspectiva é de acirramento de contradições nãoantagônicas (ou intra-capitalistas) entre as frações hegemônicas do capital financeiro com pretensões globais, e frações do capital de inserção local ou regional. Além disso, a ALCA tenderia a proporcionar não apenas *mercado interno*, mas *economias* de escala para as corporações transnacionais, cada vez mais concentradas e competitivas no mercado mundial. Ela representa um momento mais desenvolvido da lógica intrínseca da mundialização do capital.

Em decorrência da desvalorização cambial de 1999, no bojo da crise da globalização no Brasil, teve-se, em 2000, uma pequena retomada do crescimento da economia brasileira, puxada pela redução da taxa de juros, substituição de importações e o crescimento das exportações. Como atestam os indicadores do IBGE, o pequeno crescimento da economia conseguiu promover uma melhoria relativa do emprego nas regiões industrializadas.

Entretanto, apesar da taxa de desemprego ter apresentado um leve recuo (por conta do crescimento da ocupação), a renda média dos trabalhadores teve queda de 2,1%. Na região metropolitana de São Paulo, onde se concentra um dos maiores contingentes de assalariados do País, registrou-se a maior queda dos rendimentos do trabalho. Os cada vez mais curtos e instáveis ciclos de crescimento da economia capitalista no Brasil não conseguem ocultar mais a lógica predatória do capital. Desde 1997, quando atingiu seu pico no governo Cardoso, a renda média dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo tem caído, de 138,78 em 1997 (número índice que toma julho de 1994 como base 100) para 115,34 (CLEMENTE, 2000b).

Numa pesquisa ampla, divulgada recentemente, intitulada “A Situação do Trabalho no Brasil”, o DIEESE (2002) iria destacar que, na década de 90, o salário médio real do trabalhador caiu 18,8% na região metropolitana de São Paulo (o encolhimento do salário médio do trabalhador, segundo o DIEESE, seria decorrente do crescente desemprego no período). Mas a queda

da renda média tenderia a expressar, de certo modo, não apenas o aumento do desemprego nos anos 90, mas da informalização crescente do mundo do trabalho. Por exemplo, em meados de 2000, o IBGE salientaria que, dos 822 mil empregos criados nas seis regiões metropolitanas, apenas 62 mil foram com carteira, ou seja, 7,5% do total (MENOS emprego..., 2000).

3 A DEGRADAÇÃO DA OBJETIVIDADE (E SUBJETIVIDADE) DO TRABALHO NO BRASIL

Se por um lado é perceptível a descontinuidade de conjuntura na economia capitalista no Brasil nos anos 90, principalmente no tocante a oscilações no PIB (Produto Interno Bruto), o que merece ser destacado, por outro lado, *é a linha contínua de degradação do mundo do trabalho*, tanto em sua dimensão objetiva (exposta à exaustão por indicadores sócioestatísticos), quanto em suas instâncias subjetivas (que merecem ser investigadas com indicadores apropriados).

Apesar das novas vulnerabilidades sistêmicas, as políticas neoliberais contribuíram para a constituição de um cenário propício para os grandes negócios capitalistas no País, principalmente ligados ao capital financeiro predominante. Na ótica do capital, a “década neoliberal” constituiu um sistema progressivo de novas sinergias para a valorização capitalista, principalmente em sua forma fictícia (como atesta a alta rentabilidade dos bancos nos anos 90).

Entretanto, as políticas neoliberais e o novo complexo de reestruturação produtiva conseguiram alterar a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil, degradando-a, tanto no sentido *objetivo*, ou seja, no tocante à materialidade da organização do processo de trabalho, quanto no sentido *subjetivo*, principalmente no plano da consciência de classe. O aprofundamento da degradação estrutural do mundo do trabalho na “década neoliberal” colocou elementos qualitativamente novos de sociabilidade capitalista capazes de indicar o surgimento da barbárie social como categoria concreta da reprodução social no País (com impactos perversos nas formas de luta de classe).

A *linha contínua* de degradação do mundo do trabalho que se delineou na “década neoliberal” significa um processo estrutural de transformações da objetividade e subjetividade da classe trabalhadora no Brasil, em especial do setor industrial, com impactos decisivos no sindicalismo e nos movimentos sociais urbanos e rurais. É provável que os anos 90 tenham sido um importante “elo de transição” para uma nova configuração do mundo do trabalho no Brasil, de acordo com a nova dinâmica da acumulação capitalista mundial.

É provável que a *noção de precariedade* perca seu caráter atípico e tome-se um nexos institucional, e, portanto, *típico*, da própria implicação

assalariada nas condições do novo regime de acumulação flexível. Na verdade, a ideia de precariedade conduz a um tempo passado que tende a se tornar distante e perder sua presença crítica, diante da nova etapa capitalista.

Pode-se caracterizar como principais traços da transformação da objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho no Brasil no decorrer da “década neoliberal”:

a) o desenvolvimento sistêmico de um *novo complexo de reestruturação produtiva*, que assumiu formas diferenciadas e desiguais;

b) a emergência de um *novo (e precário) mundo do trabalho*, tão heteróclito quanto multifacetado, mas compartilhando em si de um processo paulatino de precarização social relativa (e absoluta), objetiva e subjetiva.

3.1 A reestruturação capitalista

Ao analisar-se a “década neoliberal” pode-se constatar o impacto disruptivo do “choque capitalista” na objetividade do mundo do trabalho no Brasil, seja através das políticas neoliberais, principalmente a abertura comercial com câmbio sobrevalorizado (até 1999), que desarticulou cadeias produtivas e promoveu o desemprego em várias regiões industriais, seja através do novo complexo de reestruturação produtiva, isto é, o desenvolvimento ampliado de uma nova ofensiva do capital na produção.

É claro que não se pode atribuir tão-somente às políticas neoliberais a determinação exclusiva das transformações do mundo do trabalho no Brasil nos anos 90. Existem determinações essenciais que se vinculam às dinâmicas estruturais das transformações produtivas do capitalismo mundial. Desde a grande crise capitalista de meados dos anos 70, no “núcleo orgânico” do sistema mundial do capital, ocorria o desenvolvimento ampliado de um novo regime de acumulação flexível, vinculado a III Revolução Tecnológica e a mundialização do capital. Surgiu um novo complexo de reestruturação produtiva cujo “momento predominante” é dado pelo toyotismo, a nova ideologia orgânica da produção (ALVES, 1999)⁴. Ocorriam mutações estruturais na base técnica (e organizacional) do sistema produtor de mercadorias que atingiram o mundo do trabalho industrial e de serviços nos países capitalistas centrais (SCHAFF, 1990).

⁴ Utilizamos a expressão complexo de reestruturação produtiva não apenas como preciosismo estilístico, mas para salientar seu caráter totalizante (e totalizador), amplo e multifacético, que articula, no tocante a sua lógica de desenvolvimento interno, um “momento predominante” (o toyotismo) com “momentos não predominantes” (taylorismo/fordismo); e que é composto por processos tecnológicos, organizacionais (e institucionais) voltadas para o incremento da exploração relativa (e absoluta) da força de trabalho. Ele atinge a grande empresa e tende a se disseminar pela rede de subcontratação, assumindo formas diferenciadas e combinadas.

No caso do Brasil, desde meados dos anos 80, tem-se indícios do surgimento de uma nova base material de produção capitalista no País, principalmente nas corporações industriais mais integradas à lógica do mercado mundial. As novas estratégias de concorrência globais das grandes empresas transnacionais, muitas delas atuando no Brasil, impulsionaram inovações organizacionais baseadas na lógica toyotista (CASTRO, 1995).

É claro que, nos anos 80, o toyotismo ainda assumia uma *dimensão restrita*. É o que se tem denominado de “toyotismo restrito” (ALVES, 2000). Seria apenas na “década neoliberal” que se observaria um impulso significativo do toyotismo no Brasil, assumindo uma dimensão sistêmica. É o que se denominará de “toyotismo sistêmico”. Pelos menos desde 1985, categorias assalariadas importantes, como a de metalúrgicos (do ABC paulista) e bancários (de importantes conglomerados financeiros, como Bradesco e Itaú), por exemplo, tornaram-se alvos de um complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é a lógica toyotista (ALVES, 1995).

É a partir do “choque de competitividade” da “década neoliberal” que ocorre o desenvolvimento sistêmico do complexo de reestruturação produtiva, que se caracterizou, por um lado, pela introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção e, por outro lado, pelo desenvolvimento de novas formas de organização da produção capitalista que se caracterizou como sendo o toyotismo sistêmico com seus nexos contingentes, tais como *just-in-time/ kan-ban, kaizen, terceirização, trabalho em equipe, programas de qualidade total, sistemas de remuneração flexível, etc.* (ALVES, 2000).

O toyotismo sistêmico tendeu a se disseminar, não apenas no core das corporações industriais e de serviços, mas na borda periférica do sistema industrial e de serviços, através das suas redes de subcontratação, constituídas por médias e pequenas empresas. A prática da terceirização, que teve um impulso notável na década passada, contribuiu para a constituição ampliada de redes de subcontratação (DRUCK, 1999). A maior preocupação com a qualidade final do produto e do serviço e a busca contínua de redução de custos, exigiu das empresas terceirizadas (que, inclusive, passaram a terceirizar algumas atividades), não apenas o incremento de seu padrão tecnológico, mas uma reorganização do processo de trabalho e da gestão da força de trabalho (MARTINS; RAMALHO, 1994).

Foi no bojo da lógica do toyotismo que surgiram novos modelos de organização industrial centrados na ideia de uma empresa flexível, fluida e difusa (BIHR, 1999). A empresa toyotista tende a ser uma empresa enxuta que se constitui em rede (*firme réseau, impresa rete ou network fim*). Em alguns setores importantes do novo mundo industrial e de serviços a corporação principal tendeu a se concentrar na criação e marketing e no controle do desenvolvimento da tecnologia (com a propriedade da marca passando a

exercer a função de um capital fictício). A empresa terceirizada de alto porte, por outro lado, tendeu a se concentrar na produção e logística manufatureira (ANTONELLI, 1988).

A partir de meados dos anos 90, o novo modelo de organização da produção de mercadorias surgiu e tendeu a se desenvolver nos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Entretanto, cabe salientar, que o complexo de reestruturação capitalista em sua dimensão produtiva é bastante desigual, inclusive articulando formas pretéritas e modernas de organização social e técnica da produção capitalista — é claro, sob a dominância das formas mais desenvolvidas (o que se caracteriza como sendo o toyotismo).

O desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva contribuiu, de certo modo, para o aumento da produtividade da força de trabalho no Brasil (decorrente não apenas de investimentos em capital fixo, mas do incremento da taxa de mais-valia absoluta da força de trabalho - por exemplo, o aumento das horas-extra). De acordo com dados do IPEA, de 1991 a 1998, a taxa geral de produtividade do País foi de 2,53% ao ano, concentrando-se principalmente nos setores industriais (os que mais têm deslocado força de trabalho para o setor de serviços). No caso da indústria automobilística, por exemplo, a produtividade do trabalho cresceu a uma taxa média de 9,4% ao ano (BONELLI; FONSECA, 2000). O aumento da competitividade no setor automobilístico no Brasil significou a adoção pelas montadoras de técnicas de produção cada vez mais modernas e enxutas (cabe salientar que, em 2001, o Brasil passou a abrigar 17 marcas, um recorde mundial) (SILVA, 2001). Por isso, tornou-se claro, na década passada, que o aumento da produção não significaria aumento dos postos de trabalho. Segundo dados de 2000, enquanto a produção na indústria aumentou 6,5%, com o Brasil tendo um crescimento do PIB de 4,4%, o nível de ocupação cresceu apenas 0,6%.

É claro que, além de determinações estruturais ligadas à lógica sistêmica do capitalismo mundial, tais como o desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva, determinações políticas contribuíram para a “implosão” da objetividade e subjetividade de classe do mundo do trabalho industrial. Por exemplo, os eixos centrais das políticas neoliberais, como a abertura comercial e a sobrevalorização cambial (até 1998), contribuíram para a rarefação da cadeia produtiva na indústria brasileira. A importação de insumos passou a ter maior peso dentro da cadeia produtiva nacional em decorrência da abertura da economia. Deste modo, tendeu a ocorrer um descolamento entre produção e nível de ocupação (FERNANDES, 2000).

Outro exemplo típico do novo complexo de reestruturação produtiva ocorreu no setor bancário, onde a introdução de novas tecnologias

microeletrônicas voltadas para o autoatendimento (e o serviço on-line) e a disseminação da prática da terceirização (e de novas formas de gestão do trabalho) contribuiu para “enxugar” a força de trabalho bancária no Brasil. O “enxugamento” da categoria de trabalhadores bancários no Brasil nos anos 90 atingiu cerca de 40% do estoque de empregos no setor bancário. Por exemplo, entre 1994 e 1996 cerca de 140.000 bancários perderam o emprego. Se em 1989 a categoria bancária era constituída por cerca de 811.000 trabalhadores, em 2001 este número caiu para 394.000 trabalhadores (o número médio de bancário por agência, em 1994, era de 30,2; em 2000, caiu pra 24,2, atingindo, em cheio, a função de escriturários) (ARAÚJO et al., 1999).

Entretanto, cabe salientar que o “enxugamento” da categoria bancária atingiu principalmente as atividades-meio, com o crescimento alucinante do ritmo de terceirização (nas funções de analistas, programadores e técnicos). O “enxugamento” da categoria bancária oculta sua fragmentação, com um contingente massivo de bancários exercendo as mesmas atividades de serviço bancário através de empresas prestadoras de serviço (não sendo, portanto, reconhecidos como empregados bancários).

3.1.1 Toyotismo e a “captura” da subjetividade da força de trabalho

Tem-se salientado que o novo complexo de reestruturação produtiva possui como seu “momento predominante”, a lógica do toyotismo. É uma nova forma de organização da produção capitalista que busca constituir uma captura da subjetividade da força de trabalho, um novo tipo de envolvimento estimulado, adequada a nova base técnica da produção de mercadorias (ALVES, 1999).

Para a adoção da nova ideologia orgânica da produção capitalista, tornou-se necessária uma “reestruturação” da subjetividade da classe. Por isso, o processo de reestruturação produtiva não pode ser visto apenas em sua dimensão objetivo- material, mas principalmente em seus nexos subjetivo-ideológicos. Ele tende a significar, em última instância, uma metamorfose da subjetividade da força de trabalho, seja em seus aspectos geracionais, seja em seus aspectos político-ideológicos.

Os processos contínuos de demissões e de novas contratações, com a disseminação, por exemplo, no decorrer dos anos 90, dos Programas de Demissão Voluntária (PDV), buscam dar características não-traumáticas à “reestruturação” da subjetividade de classe. O que se visa com tais processos de “enxugamento” da força de trabalho é, não apenas reduzir custos salariais, mas, principalmente, criar um campo de incorporação para nova força de trabalho mais disposta a apreender as novas habilidades cognitivas e comportamentais da produção capitalista. Nesse processo de reestruturação da subjetividade da força de trabalho torna-se necessário suprimir a memória do trabalhador coletivo, ou seja, suas experiências de classe.

O “espírito do toyotismo” assumiu uma forma institucional nos anos 90, principalmente através das novas políticas governamentais de formação profissional, levadas a cabo pelo Ministério do Trabalho e Ministério da Educação e Cultura, principalmente a partir do governo Cardoso (em 1994). Por exemplo, todo o discurso que embasou o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), sob o governo Cardoso, é intrinsecamente toyotista, contribuindo, em grande parte, para a difusão dos conceitos e da ideologia toyotista no Brasil (BATISTA, 2002).

O próprio conceito de novas competências, entendido como capacidade de diagnóstico e intervenção em tempo real, com a aquisição de todo um background de conhecimentos, tácitos ou formais, que o habilitam a fazer diagnósticos, propor soluções e tomar medidas em cadeia de decisões cada vez mais curtas, possui, como paradigma, a produção flexível toyotista.

Governo, escolas e sindicatos passaram a incorporar o discurso da nova pedagogia empresarial, articulando, por exemplo, em torno do conceito de *empregabilidade*, as noções de competências e novas habilidades cognitivas e comportamentais necessárias para a nova produção capitalista. Constituiu-se todo um complexo de aparelhos ideológicos privados e públicos que buscam disseminar, através de cursos e treinamentos, a “nova racionalidade” da produção capitalista sob a mundialização do capital, o que implica construção de uma nova linguagem e sintaxe das práticas do trabalho. Na verdade, o objetivo, em última instância, é capturar a subjetividade do trabalho, e não apenas a consciência de classe (ALVES, 2001).

Na década de 1990, o debate sobre o “modelo japonês” no Brasil tendeu a não ocupar tanto as discussões da sociologia do trabalho, em contraste com a década anterior, quando assumiu um caráter quase paradigmático, mobilizando argumentos, contra e a favor (de certo modo, a preocupação particular da ótica hegemônica na sociologia do trabalho no Brasil era salientar o “modelo japonês” e sua adaptação espúria à realidade brasileira) (HIRATA, 1993).

Entretanto, com o desenvolvimento do toyotismo sistêmico nos anos 90, tendeu a se disseminar uma literatura não-crítica e quase apologética do “novo modelo produtivo”. O novo discurso produtivista ocultava o verdadeiro sentido da nova ideologia do toyotismo, isto é, reconstituir a exploração capitalista de acordo com as implicações objetivas e subjetivas do novo regime de acumulação flexível do capital, que articula, cada vez mais, trabalho material e trabalho imaterial e que busca, na esfera da inteligência coletiva e da cognição cooperativa, um novo lastro para a produção de valor.

O “espírito do toyotismo” determinou os termos do debate, não apenas na sociologia do trabalho, mas nas áreas de educação e de serviço social. Surgiu toda uma discussão sobre as novas qualificações do trabalho,

formação profissional, saberes e novas competências, ou seja, um complexo temático-ideológico com vínculos estruturais com a lógica do “toyotismo sistêmico” (CASALI et al., 1997). A própria discussão sobre trabalho material/imaterial, que iria se desenvolver na sociologia do trabalho de cariz marxista em meados da década passada, tendeu a ser meramente um desdobramento heurístico, mais elaborado, da problemática do toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista (voltada para a produção de uma nova subjetividade contingente de classe).

3.1.2 Lógica toyotista e a síndrome do medo

Se o “modelo japonês” se sustentava em contrapartidas salariais e institucionais (a constituição de um mercado interno com perspectiva de carreira nas grandes empresas e emprego vitalício, por exemplo), o toyotismo que se constituiu como ideologia orgânica e universal da produção capitalista no decorrer dos anos 90, tendeu a se sustentar em contrapartidas de mercado, articulando o novo consentimento do trabalhador assalariado através de disposições anímicas regressivas.

A busca do consentimento ativo da subjetividade do “trabalho vivo” passou a ser constituída, em última instância, através da *síndrome do medo* cujo substrato objetivo é dado pela constituição de um precário mundo do trabalho. Esta é, portanto, a *função sócio-ontológica da nova precarização heteroclita sob a mundialização do capital*: constituir o consentimento ativo necessário para o desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo e produzir uma subjetividade regressiva, avessa a atitudes antagônicas de classe diante da lógica do capital.

Diante de um precário mundo do trabalho, a consciência contingente de operários e empregados tende a se caracterizar pela acomodação/consentimento diante das novas condições de exploração da força de trabalho instituídas pelo capital. O toyotismo passou a exigir uma disposição anímica de operários ou de empregados, sem contrapartidas salariais ou contratuais, talvez a mera concessão de bônus de produtividade.

A “socialização” do toyotismo tende a ser, sob a mundialização do capital, totalmente dessocializadora, debilitando a perspectiva (e a subjetividade) de classe (implicando, deste modo, numa “corrosão do caráter”, expressão utilizada por Sennet em seu estudo seminal sobre o capitalismo flexível). Ela aparece, portanto, como o avesso da socialização do fordismo (com sua promessa de “integração”) (SENNET, 1998). Como se verificou no caso brasileiro, ela tende a atingir o “núcleo estruturado” do contingente de trabalhadores assalariados (aqueles detentores de direitos trabalhistas), ligados às grandes empresas e sua rede de subcontratação.

Além disso, no caso do capitalismo no Brasil, com sua via de objetivação colonial e hipertardia, com traços estruturais de desigualdade e exclusão social, a introdução da lógica toyotista, com seu lastro de racionalização do trabalho superior ao da organização taylorista/fordista, só tende a aprofundar, ainda mais, o contraste entre uma sociabilidade irracional exacerbada, que caracteriza os países capitalistas subalternos, e uma produção capitalista cada vez mais racionalizada.

A precarização heteróclita que se disseminou nos anos 90 no Brasil e que atingiu o “núcleo moderno” da implicação assalariada, catalisando a síndrome do medo (que se tornou uma das principais variáveis psicossociais para a introdução do *toyotismo sistêmico*), tornou-se perceptível não apenas através do crescimento do desemprego de massa, mas, principalmente, pela tendência contínua de precarização do estatuto salarial da força de trabalho no Brasil.

Mesmo em períodos de crescimento relativo do emprego formal, como em 2000, evidenciou-se a precarização do salariado no Brasil. Apesar do crescimento relativo do nível de emprego industrial em 2000 (com reflexos positivos no emprego formal no País), o nível de emprego era ainda 25% menor do que em julho de 1994, quando foi lançado o Plano Real. E embora tenha ocorrido o crescimento do emprego formal, a tendência de precarização da estrutura ocupacional manteve-se em muitos aspectos, demonstrando a contínua precarização do estatuto salarial da força de trabalho no Brasil: “O que se pode concluir é que segmentos importantes da força de trabalho (adultos, chefes de família, pessoas com mais experiência de trabalho) estão perdendo espaço no emprego formal. Não obstante, jovens estão substituindo-os, com o maior grau de escolaridade típico dessa população, com remunerações menores e limitadas, em geral, ao teto de três salários mínimos (SANTOS, 2001).

Mas a degradação do mundo do trabalho no Brasil nos anos 90 atingiu não apenas o setor privado da economia brasileira, mas, em especial, o setor público. Desde o governo Collor, e principalmente sob o governo Cardoso, a administração pública tornou-se alvo das políticas neoliberais de desmonte do Estado. O corte dramático de investimento em custeio e contratação, buscando atingir um superávit primário capaz de satisfazer o FMI, prejudicou a qualidade do serviço público no País e degradou salários e condições de trabalho dos trabalhadores do setor público. Sob as políticas neoliberais, o Estado brasileiro deixou de ser indutor de políticas públicas e de investimentos sociais, cabendo a ele apenas as atividades de regulador e fiscalizador da iniciativa privada.

Alguns dados podem ilustrar a degradação do trabalho no setor público no País na década passada. Por exemplo, entre 1992 e 1995 o

emprego público até cresceu, embora o crescimento tenha-se dado abaixo da expansão da ocupação no País (a sua participação na ocupação se reduziu, alcançando 11,4%). Entretanto, entre 1995 e 1997, a partir do governo Cardoso, a queda do emprego público foi significativa, com menos 140.000 empregos (antes das privatizações dos serviços públicos dos anos 1998 e 1999, quando a queda foi ainda maior) (MATFOSO; MARACCI GIMENEZ, 2000).

Sob o governo Cardoso, o ajuste fiscal, a privatização e a reforma administrativa contribuíram para uma modificação substancial do papel do Estado brasileiro, com a ocupação no setor público perdendo importância no mercado de trabalho. Apesar disso, o setor público ainda é um importante empregador no País. Segundo levantamento do BNDES, com base no RAIS, relativo a 2000, 25,3% dos 28 milhões de empregos formais em todo o Brasil estão na administração pública. Entretanto, de 1992 a 1998, mudou o perfil do funcionário público no País, com a maior presença do servidor público sem vínculo empregatício estável. A porcentagem de servidores públicos regidos pela CLT caiu de 35,5 em 1992, para 23,0 em 1998; a de estatutários teve um pequeno aumento de 49,4 para 53,5 enquanto os outros tipos de vínculo empregatício, ou seja, os temporários, tiveram um aumento significativo, de 11,7 para 19,7% do total de servidores públicos no País, o que demonstra um aspecto da precarização do trabalho no setor público na “década neoliberal” (PESSOA, 1999).

4 A NOVA DESIGUALDADE SOCIAL: o precário mundo do trabalho

Na “década neoliberal” surgiu uma nova configuração do mundo do trabalho no Brasil. Ela se desenvolveu articulando dimensões do “novo” e do “precário” mundo do trabalho, uma precariedade que se introjeta nas instâncias “modernas” do mundo do trabalho no País, atingindo setores de trabalhadores assalariados organizados e com alto poder de barganha sindical na década de 1980 (o caso de metalúrgicos e bancários — além, é claro de trabalhadores do setor público). É, portanto, uma precariedade nova, e não mais aquela do *trabalho marginal*.

Além disso, o desenvolvimento no plano da produção capitalista, do toyotismo sistêmico, tendeu a acirrar o contraste entre formas “arcaicas” e “modernas” de exploração da força de trabalho. Por um lado, a constituição de um núcleo de *novos operários e empregados* ligados às corporações industriais e de serviços mais dinâmicas, e, por outro lado, o desenvolvimento de uma *precarização heteróclita* da força de trabalho, que se caracteriza não apenas pelo desemprego de massas e pela inatividade, mas pela degradação de estatutos salariais e proliferação de trabalhos temporários, seja em atividades industriais ou de serviços.

4.1 O novo proletariado industrial e de serviços

A partir do novo complexo de reestruturação produtiva tendeu a ocorrer no *core* dos conglomerados industriais e de serviços, a constituição de um novo proletariado industrial e de serviços, um contingente mais restrito de jovens, homens e mulheres, com maior qualificação, que passaram a integrar o mundo da produção sob a égide da lógica organizacional (e ideológica) do toyotismo. Primeiro, são operários e empregados com maior qualificação. Por exemplo, no caso da categoria metalúrgica, tendeu-se a exigir, cada vez mais, domínio técnico e alto grau de escolaridade, ou seja, 2º grau, muitas vezes completo, e polivalência, isto é, aptidão para trabalhar em vários setores na linha de produção (é uma das disposições toyotistas que tende a significar tão-somente uma intensificação da exploração da força de trabalho). No caso do trabalhador bancário, em virtude da alteração de seu foco profissional, que fez dele um “vendedor de produtos”, e não mais um “prestador de serviços”, passou-se a exigir dele novas habilidades cognitivas e comportamentais.

Em termos relativos, o novo proletariado industrial e de serviços, com estatuto salarial formal, passou a ter uma maior estabilidade no emprego. Segundo dados da RAIS (de 1999), de 1994 a 1999, tendeu a aumentar o tempo médio de permanência no emprego entre os operários e empregados com carteira assinada (de 65,1 meses em 1994 para 66,3 meses em 1999).

Apesar disso, a característica estrutural do capitalismo hipertardio no Brasil, a superexploração da força de trabalho, não apenas persistiu, mas se ampliou com o novo complexo de reestruturação produtiva, tendo em vista que o ganho de produtividade alcançado por uma força de trabalho mais qualificada e comprometida em executar, com mais intensidade, suas tarefas, não correspondeu a um aumento do salário real.

Na verdade, na “década neoliberal”, a remuneração salarial não acompanhou o ganho de produtividade alcançado. De modo geral, acentuou-se a queda da participação dos salários no PIB, de 45% em 1990, para 37% em 1999 (em contraste com o crescimento da produtividade da indústria, em média, 2,53% no Brasil, de 1991 a 1998. Um detalhe: ritmo parecido da economia norte-americana sob a nova economia, cuja produtividade crescia 2,65% por ano desde 1995).

A nova geração de operários e empregados, aqueles com estatuto salarial formal representando um contingente “nuclear” da força de trabalho, diante da constituição de um precário mundo do trabalho, tende a ter, como observa Rodrigues, no caso dos metalúrgicos do ABC, “uma postura mais pragmática e mais realista na relação capital/trabalho”. E salienta ele: “o medo do desemprego passa a ser a principal preocupação para um amplo setor da mão-de-obra” (RODRIGUES, 1997, p. 123, grifo nosso). Na verdade, os jovens operários assumem uma atitude mais pró-ativa e colaborativa, apesar de

incorporar uma consciência ativa de direitos e de participação sindical, ainda limitada pelo corporativismo de participação (no caso, os metalúrgicos do ABC, principalmente das montadoras).

4.2 O precário mundo do trabalho

Se, por um lado, é perceptível a constituição de um contingente restrito de novos operários e empregados ligados a conglomerados industriais e de serviços, com estatuto salarial formal, por outro Lado, tendeu a ampliar-se o contingente do proletariado industrial e de serviços mais precário, constituído pela força de trabalho das suas redes de subcontratação. O crescimento exacerbado da terceirização na indústria e serviços contribuiu para a constituição ampliada do precário mundo do trabalho. A disseminação de cooperativas de trabalho, muitas delas constituídas para burlar a Legislação trabalhista nas novas zonas industriais transplantadas da região Nordeste são expressões dessa precarização heteróclita da força de trabalho no País (BUONFIGLIO, 1999).

Os crescimentos das empresas de trabalhos temporários e de trabalhadores domésticos demonstram a inserção crescente de um contingente massivo de jovens, homens e mulheres, no mercado de trabalho de forma precária, vendendo sua força de trabalho para indústria, bancos e comércio por tempo parcial e determinado. Em sua maioria, pertencem ao contingente de trabalhadores ocupados do setor privado que não possuem cobertura da Previdência Social, ou seja, não têm direito a aposentadoria nem auxílio-doença (segundo indicadores sociais de 2000, são cerca de 38,7 milhões de operários e empregados, ou seja, cerca de 60% dos trabalhadores ocupados do setor privado). (PINHEIRO, 2000).

É nesse contexto de uma precarização heteróclita da força de trabalho que se pode compreender o aumento da informalização nos anos 90, sujeito ao complexo de determinações sociológicas que não cabe aqui investigar. O que se irá salientar é que ela é a expressão contingente da tendência de contínua precarização da força de trabalho no Brasil. Pode-se explicar seu crescimento através de processos típicos da “década neoliberal”, como, por exemplo, o novo complexo de reestruturação produtiva, que, através da terceirização, contribuiu para o crescimento de pequenas e médias empresas nas redes de subcontratação. Com pequena margem de lucratividade e pressionadas pelos custos tributários e financeiros, algumas empresas subcontratadas das corporações industriais e de serviços tenderam a terceirizar e subcontratar força de trabalho sem carteira assinada (o aumento da presença de pequenas e médias empresas na década de 1990 acompanhou tal tendência).

Por outro lado, o aumento do comércio ambulante é um dado importante,, não apenas das regiões metropolitanas, mas das cidades médias

no Brasil, aparecendo como uma atividade permanente, ou imposta pelo mercado a um contingente de proletários desempregados/subempregados/migrantes de áreas rurais nos centros urbanos médios ou grandes (o problema da migração rural, do desemprego no campo adiciona novas determinações à precariedade do mundo do trabalho urbano). O comércio ambulante, ou o trabalho por conta próprio precarizado tende a expressar um desemprego oculto que acompanha o crescimento do desemprego aberto no Brasil.

4.3 O crescimento do desemprego aberto

A dimensão de *precarização heteróclita* se articula com o crescimento do desemprego, em suas várias dimensões (aberto ou oculto). No tocante a indústria, o Brasil registrou nos anos 90, queda no nível de ocupação média anual de 1%, quando nos anos 80 havia registrado expansão média anual de 3,1 % (entrou-se no século XXI com menos emprego na indústria que na ocupação agropecuária). Se nos anos 80 o desemprego cresceu a uma taxa média anual de 3,8%, entre 1989 e 1999 o volume de desempregados cresceu a uma taxa média anual de 15,4%, significando que a cada dois postos de trabalho criados surgia mais um novo desempregado (POCHMANN, 2000b). Se em 1996 se tinha 4,74 milhões de desempregados, em 1999 se tem 7,23 milhões. No caso das regiões metropolitanas do País, o desemprego aumentou significativamente, de 9,5% em 1996, para 14% em 1999, principalmente nas regiões sul e sudeste (CLEMENTE, 2000a).

É claro que o desemprego no Brasil possui múltiplas determinações. Existem, por exemplo, desempregados urbanos (e rurais) de categorias assalariadas da indústria, dos serviços e da agricultura, atingidas pelo novo complexo de reestruturação produtiva, com seus processos de inovação (e racionalização) organizacionais e a adoção de novos padrões tecnológicos. No caso da indústria, destaca-se que o complexo de reestruturação produtiva (com o toyotismo sistêmico) contribuiu para o aumento da produtividade do trabalho e a diminuição dos postos de trabalho.

O exemplo da indústria automobilística na região do ABC paulista é significativo. Em janeiro de 1990, os operários das montadoras na região perfaziam um total de 57.939, tendo diminuído para 33.877 em junho de 2000 (DIEESE/Subseção ABC, 2000). De 290 mil pessoas que perderam o emprego metalúrgico no ABC, no período de 1989 a 1997, só metade conseguiu retomar ao mercado de trabalho formal. Dos 50% que conseguiram emprego, 5% foram para o comércio, 10% para a área de serviços e 17% retomaram à indústria automobilística e 18% se recolocaram em postos de trabalho do setor metalúrgico. Os outros 50% estão desempregados ou caíram na informalidade (CARDOSO, 1997).

A perda de postos de trabalho, por conta do novo complexo de reestruturação produtiva, atingiu vários setores industriais (por exemplo, o setor do aço possuía em 1996, cerca de 65.227 trabalhadores. Em 2000, esse número caiu para 50.365 trabalhadores, mesmo tendo sido verificado aumento da produção). É claro que o desemprego cresceu em setores da indústria e dos serviços atingidos pelo desmonte de cadeias produtivas em virtude da perda de mercado, decorrente da abertura comercial. A redução das tarifas de 50% em média e as baixas taxas de juros externas favoreceram as importações de produtos prontos para o consumo em prejuízo da produção interna com reflexos diretos no emprego formal brasileiro.

No caso da agricultura, entre 1989 e 1999, ocorreu a desaceleração da redução na ocupação agropecuária (-0,8%), frente à diminuição verificada entre 1979 a 1989 (-28,9%). Entretanto, o desemprego tecnológico cresceu em algumas culturas e regiões em virtude da mecanização em regiões de agroindústria desenvolvida, como o Estado de São Paulo (CAMARGO; MARTINELLI JÚNIOR, 1997), o que não significa que, nesse caso, a população rural tenha diminuído. Pelo contrário, o mundo do trabalho rural tomou-se mais complexo e diversificado. A divisão entre campo e cidade tomou-se cada vez mais relativa em virtude do desenvolvimento ampliado do capitalismo nas atividades rurais.

Segundo dados do *Projeto Rurbano*, desenvolvido por José Graziano da Silva, de 1992 a 1999, apesar do emprego agrícola ter tido redução de 1,7% ao ano (maior do que na década de 1980, que era de 0,4% ao ano), a população rural passou a crescer 0,2%, aumentando, portanto, o emprego não agrícola (as famílias rurais passaram a abandonar a atividade agrícola, para se ocupar em serviços domésticos, de ajudantes, balconistas, pedreiros, etc). Portanto, o mundo do trabalho no campo tendeu a incorporar atividades não agrícolas e de prestação de serviços (SILVA, 1999).

O desemprego no Brasil da “década neoliberal” atingiu contingentes crescentes da força de trabalho jovem, ou seja, atingiu aqueles que buscam o primeiro emprego. Na década passada, o País criou apenas 100 mil postos de trabalho para jovens, enquanto 2,8 milhões de jovens ingressaram no mercado de trabalho. Dos 3,2 milhões de empregos formais destruídos, 2 milhões atingiram o segmento com menos de 25 anos (POCHMANN, 2000). O subgrupo populacional que vai dos 18 aos 24 anos, embora mais qualificado, tendeu a enfrentar maiores dificuldades no mercado de trabalho: comparados com a de outros grupos etários, a taxa de desemprego entre os jovens é relativamente alta, chegando a 15%, enquanto na faixa dos 40 aos 49 anos, não ultrapassa 5%. O desemprego entre os jovens passou de 1 milhão em 1989, para 3,3 milhões em 1998 (KUPFER, 2000).

4.4 Os proletários assalariados e por conta própria nas atividades de serviço

No bojo do novo (e precário) mundo do trabalho é importante destacar o crescimento relativo dos trabalhadores assalariados (e por conta própria) das atividades de serviços. Através de indicadores do IBGE, pode-se constatar que, nos anos 90, a expansão do setor terciário (11,3%) não conseguiu ser superior à dos anos 80 (21,7%). Com certeza, a queda significativa da ocupação na administração pública, em relação à década passada, contribuiu para a redução relativa da expansão ocupacional no setor terciário. Os segmentos ocupacionais do setor terciário que mais se destacaram nos anos 90 foi o do comércio (3%), social (2,9%) e da prestação de serviço (2,7%).

Mas o que se destaca, em relação aos anos 80, é a posição do segmento ocupacional da prestação de serviços. De certo modo, o crescimento da ocupação de assalariados de prestação de serviços diz respeito à dinâmica da produção industrial, que passou a incorporar novas tecnologias microeletrônicas, exigindo, cada vez mais, serviços de pesquisa e desenvolvimento, de manutenção e assistência técnica, logística de produção, etc. A terceirização, que é parte do novo complexo de reestruturação produtiva, atingiu as indústrias, tornando-as mais segmentadas e diferenciadas em si. Ocorreu a terceirização de atividades de serviços que, por serem endógenas à empresa industrial, tendiam, antes, a ser consideradas atividade industrial propriamente dita. Além disso, a privatização dos serviços de telecomunicações no Brasil e investimentos no setor de tecnologia de informação contribuiu para o crescimento dos postos de trabalho nas áreas de serviços de telecomunicações e informação, que cresceram vinculados à nova dinâmica industrial (principalmente no período de 1994 -1997).

A nova dinâmica industrial, ligada à incorporação crescente de novas tecnologias de informação, exigiu profissionais assalariados qualificados capazes de executar cada vez mais atividades de trabalho imaterial, muitas delas vinculadas, direta ou indiretamente à atividade industrial, mas atribuídas como serviço. É importante salientar que o mundo do trabalho de serviços assalariados possui uma dimensão “nova”, ligada à nova economia e a indústrias mais modernas, e uma dimensão tradicional e até precária, lícita ou ilícita, vinculada a atividades de prestação de serviço de menor valor agregado.

Além disso, no decorrer da “década neoliberal”, por conta da reprodução social, cresceu a necessidade de investimentos nas áreas de educação e saúde. O desmonte do Estado e dos serviços públicos tendeu a abrir espaço de exploração para o capital nas áreas de prestação de serviço, principalmente da educação (com a proliferação do ensino privado, que articula um contingente massivo de proletários da educação) e da saúde (com a

disseminação dos planos privados de saúde), além de abrir espaço crescente para ONG's e cooperativas de trabalho, um crescente "Terceiro Setor", que passou a incorporar um contingente massivo de profissionais ao mundo do trabalho.

Os indicadores sociais não conseguiram incluir o crescimento do complexo de negócios ilícitos de serviços, seja nas áreas do tráfico de drogas e armas, etc. Uma massa de capital não desprezível mobiliza para a atividade ilícita um contingente de trabalhadores do crime, recrutados entre desempregados e proletários "excluídos" (por exemplo, segundo o Mapa da Inclusão/Exclusão Social 2000, ao longo da década de 1990 a exclusão social aumentou na cidade de São Paulo, um dos centros urbanos industriais mais desenvolvidos do País: dos 96 distritos que compõem a cidade, 53 tiveram uma piora significativa nas condições de vida de seus habitantes, 6 ficaram praticamente estáveis e apenas 37 registraram melhoras (TOLEDO; ALENCAR, 2000). A presença do "crime organizado" cresceu e vicejou diante da mercantilização exacerbada das relações sociais e do desmonte do poder público. Em geral, os negócios do crime organizado e o complexo de proletários do ilícito que mobiliza, tendem a não ser incorporados nas estatísticas sociais da informalização.

Finalmente, o desenvolvimento da precarização heteróclita contribuiu, de certo modo, para o crescimento do contingente de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Ele diz respeito não apenas a uma suposta modernização social, com as mulheres se tornando independentes em termos financeiros, mas principalmente é indicativo do crescimento do desemprego masculino, do crescimento das mulheres como chefe de família, ou ainda como parceiras de renda familiar (portanto, sintoma da desagregação da concepção clássica de "família", ou do decréscimo da renda familiar, respectivamente). Além disso, é expressão da precarização heteróclita da força de trabalho no Brasil, tendo em vista que, mesmo inserida no mercado formal de trabalho, a mulher é segregada, ganhando menos que os homens (a "segregação por gênero").

A maior concentração de mulheres é no mercado informal, sobretudo no trabalho doméstico. Por exemplo, do total de trabalhadores abrangidos pela RAIS, que atinge o mercado formal de trabalho, as mulheres ocupam apenas, com dados de 1997, 38% dos empregos, num total de 9,1 milhões de trabalhadores em vários setores (serviços, administração pública, comércio, indústria de transformação e outros). Uma peculiaridade é que a maioria das mulheres trabalham em empresas de pequeno porte, principalmente do setor de comércio (exceto no setor de administração pública). Entretanto, até mesmo no mercado formal, a mulher ganha menos que o homem (CAVERSAN).

5 CONCLUSÃO

O balanço da década neoliberal demonstrou que o desenvolvimento do sistema mundial do capital em sua etapa financeirizada assume um caráter destrutivo para suas articulações periféricas mais desenvolvidas, como o Brasil. É uma das dimensões da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002).

O que se observa é que, na década passada, a ofensiva do capital assumiu dimensões sistêmicas, buscando recompor-se, desestruturando as formas societárias de resistência constituídas na década de 1980, no calor da abertura democrática e da explosão do sindicalismo. A função histórica das políticas neoliberais adotadas pelos governos capitalistas na década passada foi recompor os níveis de acumulação capitalista no País através da desestruturação de formas de resistência social do mundo do trabalho, principalmente setores organizados, como bancários e metalúrgicos. Contribuíram para isso os efeitos perversos das políticas neoliberais e o complexo de reestruturação produtiva.

Além disso, *pari passu* ocorreu a crise da subjetividade político-ideológica dos “intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, decorrente da burocratização político-sindical das suas instâncias organizativas e da diluição e esgarçamento dos coletivos do trabalho e de sua base social, por conta do desemprego e da precarização, que colocam novos elementos críticos para as formas de resistência social e de luta de classe na década de 2000. É claro que tal processo societário ocorre no bojo de uma crise ideológica aguda dos partidos socialistas e de seus “intelectuais orgânicos”.

É importante salientar que, numa situação de agudização das contradições objetivas, por conta da crise estrutural do capital, em sua instância periférica, o poder da ideologia e as formas estranhadas e fetichizadas de relações societárias tendem a se aguçar para permitir e preservar a unidade da reprodução sócio-metabólica do capital.

O *refluxo* de movimentos sociais urbanos de perfil sindical corporativo — núcleo orgânico do surgimento do PT e da CUT - e sua crise estrutural na década passada, irá abrir espaço para o fluxo de um novo movimento de contestação social à política neoliberal, centrado no campo — um *lócus* societário de alto desenvolvimento capitalista nos últimos vinte anos onde a estrutura fundiária e a desigualdade social assumiram formas explícitas e brutais.

É do *lócus* agrário-industrial da sociedade burguesa no Brasil, com suas candentes contradições objetivas, que surge um movimento social de contestação que busca sair dos limites corporativos agregando demanda social, não apenas de luta pela terra, reforma agrária, mas de um novo Projeto de Estado-Nação de cariz socializante. O MST e os movimentos sociais

adjuntos, como Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (PEA), colocam o desafio de refundar o “novo sindicalismo” a partir de um novo eixo de lutas sociais. O surgimento em 2003 de uma Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais — ainda com pouca participação de sindicatos cutistas — parece indicar tal necessidade.

O governo Lula que surge, traz em si tal cisão das instâncias de resistência política e social à lógica do capital no País. É um conflito geracional que irá decidir os rumos da Revolução Brasileira, os quais não se colocam mais nos termos das décadas passadas, em virtude da nova configuração regional e mundial do capitalismo global.

**JOB AND SOCIAL INEQUALITY IN THE CAPITALIST
READJUSTMENT:** a discussion about “neoliberal decade” in Brazil

ABSTRACT

A general view about the main aspects of the job world in Brazil in the 90's — the neoliberal decade. It is given emphasis on the development of a new and complex reorganization of the world economy as well as the arising of a new and precarious job world and the crisis of the labor unions, seen as an expression of the work class fragmentation.

Keywords: Job. Syndicalism. Neoliberalism. Toyotism. Unemployment.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. Crise econômica & interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80. São Paulo: Edusp, 1996.

ALVES, G. Dimensões da globalização: o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

_____. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.

ANTUNES, R. Lutas sociais e desenho societal no Brasil dos anos 90. Crítica Marxista, Campinas, Xamã, v. 7. p.89 -110, 1998.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. M. C. et ai. Reestruturação produtiva e negociação coletiva: a experiência recente dos sindicatos dos metalúrgicos, dos químicos e dos bancários de Campinas. Caxambu, 1999. 23º Encontro da ANPOCS.

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Org.). De JK a FHC: a reinvenção dos carros. São Paulo: Scritta, 1997.

BATISTA, R. L. A educação profissional na década neoliberal: o caso do PLANFOR. 2002. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- UNESP, Manha, 2002.

BATISTA JÚNIOR, P. N. A economia como ela é... São Paulo: Boitempo, 2000.

BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BIONDI, A. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BIONDI, A. O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BOITO, A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã.

BONELLI, R.; FONSECA, R. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para discussão n. 557.

BUONFIGLIO, M. C. Dilemas do trabalho no final do século XX: desemprego e precarização. In: HORTA, C. R. H.; CARVALHO, R. A. A. Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.

CAMARGO, J. M.; MARTINELLI JÚNIOR, O. Relações de trabalho e a ocupação agrícola em São Paulo. Cadernos da F.F.C., Faculdade de Filosofia e Ciências. UNESP — Câmpus de Manilha. v. 6, n. 1, p.191-206, 1997.

CARDOSO, A. Trabalhar, verbo transitivo. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CASALI, A. et ai. (Org.). Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: Ed. da PUC, 1997.

CASTRO, N. A. de (Org.). A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CAVERSAN, Luiz. Mercado formal também segrega mulher. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 jul.

CHESNAIS, F. A. Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEMENTE, Isabel. Capitais perdem mais empregos com crises. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 ago. 2000a.

Empregos aparecem, mas salários caem. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 ago. 2000b.

DIEESE. A situação do trabalho no Brasil: um balanço dos anos 90. São Paulo, 2002.

DRUCK, M. G. Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

FERNANDES, Ana Paula. Indústria brasileira produz mais sem contratar. Gazeta Mercantil, 22 nov. 2000.

FERNANDES, Fátima. Múltis crescem 146% na década liberal. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 fev. 2002.

FILGUEIRAS, L. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

GALVÃO, A. Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. Dissertação (Mestrado)UNICAMP, Campinas, 1999.

- GOLDENSTEIN, L. Repensando a dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GONÇALVES, R. Globalização e desnacionalização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HIRATA, H. (Org.). Sobre o “Modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações do trabalho. São Paulo: Edusp, 1993.
- KUPFER, João Paulo. A adolescência prolongada. Gazeta Mercantil, 23 ago.2000.
- MALAGUTI, M. L. Crítica à razão Informal: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, 2001.
- MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. Diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MATROSO, Jorge; MARACCI GIMENEZ, Emprego público resiste à onda neoliberal. Gazeta Mercantil, São Paulo, 24 jul.2000.
- MENOS emprego, mais trabalho: Editorial. Estado de São Paulo, São Paulo, 9jul. 2000.
- MËSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PESSANHA, E. G. F.; MOREL, R. L. M. Mudanças recentes no modelo de relações de trabalho no Brasil e novo sindicalismo.In: RODRIGUES, I (Org.). O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PESSOA, E. O emprego público sob a ótica dos serviços públicos: observações sobre a estrutura das ocupações em 1985, 1989 e 1995. ABET, 1999. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho.
- PINHEIRO, Liliana. Sistema exclui 60% dos trabalhadores privados. O Estado de São Paulo, São Paulo, 10 jun. 2000.
- POCHMANN, M. A batalha pelo primeiro emprego. São Paulo: Publisher, 2000a.
- POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. Mudanças (para pior) no mercado de trabalho. Gazeta Mercantil, 15 ago. 2000b.
- _____. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- RODRIGUES, I. (Org.). O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, I. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na Indústria automobilística. In: ANTUNES, R. et al. Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

SANTOS, Anselmo Luis dos. A deterioração do emprego formal. Gazeta Mercantil, São Paulo, 28 maio 2001.

SCHAFF, A. A sociedade Informática: as consequências sociais da Segunda Revolução Industrial. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

SENNET, Richard. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SILVA, Cleide. Fábricas brasileiras estão entre as mais modernas. O Estado de São Paulo, São Paulo, 23 jul. 2001.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1999.

TOLEDO, José Roberto de; ALENCAR, Kennedy. Exclusão social aumenta na década de 90. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 set.2000.

VIANA, M. T. A proteção social do trabalhador no mundo globalizado: o Direito do Trabalho no limiar do Século XXI. 1999. Mimeografado.